

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUIZA DE DIREITO DO JUIZADO
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A
MULHER- XXXXXXXXX**

Autos PJe n. XXXXXXXXXXXX

PROC.: XXXXXXXXX

A DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, na defesa dos interesses do assistido **FULANO DE TAL**, já qualificado nos autos supramencionado vem, perante este juízo, requerer a **REVOGAÇÃO DE SUA PRISÃO PREVENTIVA** pelos fundamentos de fato e de direito que passa e expor.

Foi decretada prisão preventiva do acusado pela autoridade judiciária, que presidiu a audiência de justificação, relativo aos fatos do presente processo.

Em suas razões, a autoridade julgadora externou que o acusado supostamente inobservou medida protetiva, consoante relato das testemunhas ouvidas.

Mostra-se, por sua vez, **cabível a aplicação da medida cautelar referente à monitoração eletrônica, em substituição à prisão preventiva**, conforme se extrai dos argumentos abaixo colacionados.

É cediço que a possibilidade de concessão do monitoramento eletrônico se encontra fundamentada nos termos do art. 319, inciso IX, que prevê expressamente a sua existência. Diante da novel disciplina legislativa, prevista na Lei 12.403/11, podemos inferir que a intenção do legislador tenha sido a de estimular o seu emprego na seara forense. Trata-se de providência que exerce forte influência sobre o acusado, com o condão de exercer sobre ele um autêntico controle capaz de intimidá-lo e sensibiliza-lo acerca da imperiosidade de fazer respeitar a lei penal.

Além disso, sabe-se que a sua decretação respeita o

comando legal preconizado no Art. 282, §4º, cuja redação é clara no sentido de exigir que a prisão somente seja determinada nos casos extremados, sobretudo naqueles em que existirem evidências objetivas de que o réu descumpriu anterior medida cautelar considerada eficaz na maioria dos casos.

Vale ressaltar que, mediante cotejo analítico dos documentos juntados nos autos, inexistem indícios objetivos de que o réu pretende se furtar à aplicação da lei penal, ou comprometer as investigações iniciadas. Sabe-se que a jurisdição interamericana de direitos humanos adota referidos pressupostos como parâmetros cuja observância deve se mostrar presentes antes da decretação da prisão preventiva. Certamente o respeito a esta questão possui o condão de descaracterizar a necessidade de ser adotada medida privativa de liberdade demasiadamente gravosa.

Por fim, a defesa entende que o acusado ficou encarcerado por período de tempo considerável, já tendo transcorrido até a presente data lapso de tempo superior a XX (XXXXXX) semana. Acredita-se que a finalidade da decretação da medida, correspondente em assegurar que o réu reconheça a importância de respeitar a força cogente dos provimentos judiciais, tenha sido alcançada. Desse modo, a perpetuação da prisão certamente não estaria de acordo com a razão determinante de sua imposição, representando situação configuradora de excesso na persecução penal.

Além disso, por força da necessária homogeneidade que deve existir entre a pena final, que em caso de eventual condenação acarretaria na aplicação da pena privativa de liberdade a ser cumprida em meio aberto, e as medidas cautelares a serem implementadas no curso do processo, a decretação do monitoramento eletrônico melhor atende à razoabilidade.

O caso em tela envolve o conflito de dois bens jurídicos, a saber, a segurança da vítima e a liberdade de locomoção do paciente, que devem ser compatibilizados atendendo ao princípio da concordância prática. Vislumbra-se que a decretação da medida

cautelar promove a proteção da vítima, uma vez que seu eventual e remoto descumprimento pelo acusado será prontamente detectado pelas autoridades públicas, de modo a assegurar uma rápida atitude por parte do Poder Público. Além disso, o registro das informações servirá como valioso meio de prova do descumprimento das medidas de urgências, racionalizando consequentemente a persecução penal que apurará suposta incursão do acusado no Art. 24-A da Lei 11.340, de 2006.

Diante destas premissas, a autoridade julgadora asseguraria um resultado útil ao processo, acautelando os interesses dignos de proteção de maneira eficaz, e consequentemente obstando eventuais transgressões futuras, como acontece nos casos que uma pessoa descumpra medidas de urgência anteriormente fixadas.

Por outro lado, a decretação da medida cautelar irá assegurar que o réu livremente se desloque dentro do território nacional, com exceção dos locais expressamente consignados na decisão. A adoção de um provimento no presente sentido garante a racionalidade da decisão judicial, atendendo a exigência de coerência. Essa conclusão pode ser extraída mediante observância de uma gradação lógica e racional das medidas fixadas, que serviu de parâmetros objetivos e claramente verificáveis comprovados nos autos para a definição da sanção que se reputa mais adequada.

É cediço que o monitoramento eletrônico apresenta uma série de vantagens em detrimento das prisões preventivas, sobretudo ao obstar a perpetuação do sofrimento de uma pessoa acusada por um fato e presumidamente inocente, e reforçar a presença do Estado que exerce forte vigilância sobre o comportamento humano, tutelando e evitando eventuais violações aos bens jurídicos de maior envergadura para a sociedade.

Diante dessas notórias vantagens, a sua concessão é medida de rigor, ainda mais considerando inexistir histórico de descumprimento do monitoramento por parte do réu.

Ademais, nos autos inexistem provas de que o réu se dedique a atividades criminosas. Consta no feito que o Sr. FULANO DE TAL possui endereço certo e trabalho honesto. Apesar de a

jurisprudência entender que referidos argumentos não se prestam a elidir a decretação da custódia cautelar, certamente eles devem ser levados em consideração, atrelados às demais evidências acostadas.

A defesa entende, assim, competir ao juiz titular da vara sanar situações como as do presente caso, onde é possível conceder medida cautelar diversa, que seja menos invasiva para o acusado e que ao mesmo tempo assegure a tutela dos interesses da vítima. Compete ao Poder Judiciário assegurar a tutela da liberdade mediante decretação da supressão da medida constritora *ex officio*.

Portanto, diante do exposto, requer a Vossa Excelência a revogação da prisão preventiva do requerente, diante das razões expostas, com a expedição do devido alvará de soltura e que seja imposta medida cautelar correspondente ao monitoramento eletrônico, cumulativamente com as medidas protetivas já estabelecidas.

Termos em que, pede deferimento.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Defensor Público